

Elementos anexos ao requerimento da operação urbanística

NOTA: na 1ª coluna assinale os elementos apresentados com o requerimento
a 2ª coluna destina-se ao uso exclusivo dos serviços camarários.

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial, ou código de acesso à certidão permanente do registo predial; quando omissos, a certidão negativa do registo predial, e a caderneta predial com os correspondentes artigos matriciais
- Documentos comprovativos da qualidade de titular de direito, para realização da operação ou da atribuição dos poderes para agir em sua representação, sempre que tal não resulte do número anterior
- Planta topográfica à escala 1:2000 obtida nos serviços municipais competentes, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área da operação urbanística, no sistema de coordenadas geográficas ETRS89-TM06
- Levantamento topográfico, sempre que haja alteração da topografia ou da implantação das construções, à escala de 1:200, devidamente cotado, que identifique o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente (vias, passeios, estacionamento, árvores e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas, sinalização e mobiliário urbano)
- Planta de implantação, desenhada sobre o levantamento topográfico, quando este for exigível, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais e, quando houver, as alterações na via pública.
- Memória descritiva (conforme n.º 5, do Anexo I da Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril)
- Termos de responsabilidade dos técnicos responsáveis: autores e coordenador
- Comprovativos da habilitação dos técnicos responsáveis: autores e coordenador
- Projeto de Arquitetura (conforme al. f) do n.º 15 do Anexo I da Portaria nº 113/2015 de 22 de abril)

Mobilidade:

- Plano de acessibilidades, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor, e respetivo comprovativo de habilitações
- Termo de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura a solicitar a dispensa de apresentação de plano de acessibilidades, por as obras se revelarem excessivamente onerosas e/ou de difícil execução, e por terem sido cumpridas as normas técnicas vigentes à data da realização das obras (Indicada no requerimento), nos termos do n.º 2 do art.º 19.º do RMUETOU e do n.º 5 do art.º 102.º-A do RJUE.

- Fotografias do imóvel
- Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho (INE)
- Cópia em suporte informático (peças escritas em .pdf e peças desenhadas em .dwf) e declaração de conformidade digital
- Outro: _____